

ANÁLISE DO DISCURSO E PSICOLOGIA: UM ESTUDO DO MANIFESTO PELA VIDA DAS MULHERES DE MARIA DA PENHA MAIA FERNANDES

Esther de Sousa Vieira (esthersvieira@outlook.com)

Aluna de graduação do curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Aracruz – FAACZ

Karla Lecchi Figueredo (karlalecchi@hotmail.com)

Aluna de graduação do curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Aracruz – FAACZ

Adriana Recla Sarcinelli (arecla@fsjb.edu.br)

Orientadora e Professora Doutora em Língua Portuguesa das Faculdades Integradas de Aracruz – FAACZ

RESUMO

Este estudo tem como tema a Análise do Discurso e a Psicologia, no intuito de analisar os efeitos de sentido em discursos de gênero presentes no manifesto contra-patriarcado e pela vida das mulheres de autoria de Maria da Penha Maia Fernandes (doravante Manifesto de Maria da Penha). A escolha do *corpus* é justificada pela relevância histórica e social no contexto das questões de gênero, especialmente no que diz respeito à violência doméstica. Como pressupostos teórico-metodológicos, tomamos a perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa e estudos da Psicologia sobre os discursos de gênero. Os resultados mostram a relevância da Análise do Discurso para compreender as estratégias discursivas utilizadas em movimentos sociais de gênero e na contestação de discursos dominantes, promovendo a visibilidade das questões de gênero, de modo a contribuir para os estudos na Psicologia.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso, Discurso de Gênero, Psicologia.

1 – INTRODUÇÃO

O termo "gênero" possui diversos sentidos, podendo ser compreendido na língua portuguesa como categoria gramatical entre feminino e masculino, além de poder ser entendido como a diferença entre a espécie humana homem e mulher, ou um elemento que é construtivo das relações sociais (Araújo, 2005).

Araújo (2005) considera o gênero como uma categoria social que se refere às diferenças e desigualdades entre homens e mulheres, construídas socialmente e culturalmente, as quais se referem às expectativas, papéis, comportamentos e valores atribuídos a homens e mulheres em uma determinada coletividade. Elucidar o conceito de gênero é importante para entender como as relações de poder são construídas e mantidas nesta, e como as desigualdades de gênero afetam a vida das pessoas.

Desta forma, postular o termo "gênero" vai além da sua acepção restrita relacionada aos aspectos binários de masculino e feminino. Atualmente, este conceito pode ser ampliado para abranger as diversas formas como as identidades, os papéis e as relações sociais são construídos e negociados por meio da linguagem. Neste contexto, o conceito de gênero pode ser entendido como um fenômeno discursivo que permeia todas as esferas da vida coletiva, contribuindo para a constituição de subjetividades e influenciando as interações entre os sujeitos.

Neste trabalho, tomaremos a Análise do Discurso (doravante AD) no intuito de verificar como são construídos os efeitos de sentido no manifesto de Maria da Penha¹, por meio das categorias de análise do

¹Discurso realizado em Fortaleza de autoria de Maria da Penha Maia Fernandes, publicado pelo Governo Federal da Bahia em 18 de janeiro de 2021, em meio a um contexto de crescente preocupação com a violência contra as mulheres no país. Disponível em: <<https://www.ba.gov.br/mulheres/noticia/2024-03/6212/maria-da-penha-divulga-manifesto-contrapatriarcado-e-pela-vida-das-mulheres>>. Acesso em: 19 out. 2023.

interdiscurso, da formação discursiva e da memória discursiva, possibilitando perceber a relevância do estudo da AD e a influência dos discursos de gênero na Psicologia.

Esclarecemos que a AD se destaca por sua ênfase na compreensão da linguagem como uma prática social, tendo em vista que a linguagem não é compreendida apenas como um veículo de expressão, mas também como uma atividade que ocorre em contextos sociais específicos e que é profundamente influenciada pelas relações de poder que permeiam esses. Daí a relevância de se realizar um estudo com base na AD, pois este possibilita desvelar como as práticas discursivas podem perpetuar e atravessar discursos de gêneros, haja vista que a categoria gênero não pode ser deixada de lado em qualquer estudo psicológico sério.

Assim, utilizaremos a linguagem como ferramenta central na compreensão do poder, da identidade e da sociedade, tendo como aporte teórico os fundamentos da AD, bem como os estudos da Psicologia para fornecer percepções de como discursos de gênero e seus desdobramentos afetam socialmente as mulheres. Portanto, apresentaremos um breve estudo da AD, suas possíveis aplicações em Discursos de Gênero, e, suas implicações na Psicologia, por meio da análise do manifesto Maria da Penha.

É importante ressaltar a relevância desse tema pois traz a discussão sobre a violência contra a mulher, um marco simbolizado pela história de Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de violência doméstica e tentativas de assassinato por seu próprio cônjuge. Contudo, permanece incontestável atualmente que apesar dos esforços consideráveis para enfrentar esse fenômeno, muitas mulheres continuam a ser vítimas de atrocidades, inclusive em contextos em que se espera proteção e segurança, como em relações de autoridade.

Para tanto, nosso objetivo principal é identificar os efeitos de sentido no manifesto de Maria da Penha por meio do interdiscurso, da formação discursiva e da memória discursiva, além de descrever as implicações psicológicas dos discursos de gênero neste manifesto.

Posto isto, a AD poderá contribuir para o entendimento das questões referentes à Psicologia que perpassam discursos, bem como as interações e as estruturas sociais existentes e as experiências psicológicas. Logo, aplicar a AD à interface com a Psicologia, possibilita explorar como as construções discursivas de gênero impactam a formação de identidades individuais e coletivas, além da influência nos processos psicológicos.

2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A ANÁLISE DO DISCURSO: UM BREVE PERCURSO

A AD não é estática, encontra-se em constante mudança, abrangendo movimentos e deslocamentos, bem como é simultaneamente Teoria e Método, tendo como objeto de estudos, conforme o próprio nome faz referência: o discurso. Esta área de estudo é de cunho interdisciplinar, haja vista sua relação com o contexto social, político e cultural, consolidando-se como um campo relevante para a compreensão dos processos de produção de sentidos e das práticas discursivas em diferentes esferas do coletivo (Fernandes, 2005).

Fernandes (2005, p. 26) destaca que a construção do sujeito se faz a partir das relações sociais e históricas em que está inserido. Para o autor, o sujeito é discursivo, é portanto, um ser social, desenvolvido por meio da interação social. Nessa perspectiva, o "eu" e o "outro" são inseparáveis e interagem por meio da linguagem, a qual é concebida como um sistema em constante movimento, implicando em instabilidade, que envolve não apenas palavras e estruturas linguísticas, mas também questões sociais, ideológicas e históricas (p. 43).

Segundo Fernandes (2005), o sujeito é entendido como polifônico, constituído por uma multiplicidade de vozes e discursos que se entrecruzam e se confrontam, podendo ser heterogêneas e, por vezes, contraditórias, refletindo e espelhando as diferentes posições presentes na sociedade em que se situa o sujeito, ou seja, a diversidade e complexidade do sujeito discursivo.

Além da linguagem, também integrante da noção de discurso, encontra-se a noção de sentido (Fernandes, 2005, p. 13), entendida como um efeito de sentidos entre sujeitos em interlocução, cuja manifestação se dá por meio da linguagem, resultante da interação entre os sujeitos em um contexto discursivo específico. Já a noção de sentido é o resultado das relações de poder, as disputas e as diferentes perspectivas na prática discursivas, já que o sentido emerge da troca de discursos e significados decorrente do processo comunicativo (Fernandes, 2005).

Ao pensar nos discursos, Fernandes (2005, p. 39) aponta que os lexemas desempenham uma função primordial para que haja o entendimento da construção e propagação de significados, uma vez que lexema é parte da palavra que possui o sentido principal que está relacionado a essa palavra, ou seja, é a base do significado. No entanto, as escolhas de lexemas e o seu emprego indicam a presença de ideologias que se opõem e de distintos discursos em que revelam a posição de grupos de sujeitos a respeito de uma temática em comum (Fernandes, 2005).

Os discursos são categorizados de acordo com diferentes critérios, levando em consideração suas características e funções em contextos específicos, podendo ser: discurso político, os quais são proferidos por políticos, líderes e representantes de instituições políticas, cujo objetivo é persuadir, influenciar e mobilizar a opinião pública em relação a questões políticas, sociais e econômicas; discurso midiático, o qual são veiculados pelos meios de comunicação, como jornais, revistas, televisão, rádio e internet, a fim de informar, entreter e influenciar a opinião pública, moldando a percepção das pessoas sobre determinados assuntos; discurso acadêmico, caracterizados pela linguagem técnica e objetiva, visando à transmissão de conhecimento; discurso religioso, proferidos por líderes religiosos com o propósito de transmitir ensinamentos, valores e crenças; entre outros (Fernandes, 2005).

Além disso, é importante salientar que Fernandes (2005, p. 42) em que discorre acerca da noção de memória discursiva, afirmando que “a estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social. Esse espaço de memória como condição do funcionamento discursivo constitui um corpo sócio-histórico-cultural”. Isso porque os discursos retratam uma memória coletiva onde os indivíduos encontram-se inseridos, além de que a presença de diferentes tipos de discurso provoca a criação de diferentes grupos sociais.

Com base nisso, Fernandes (2005) considera que cada formação discursiva inclui em seu âmago a existência de diversos discursos, que é o interdiscurso, o qual representa a interdiscursividade que se caracteriza pela interconexão de discursos diversos, provenientes de diferentes épocas da história e de distintos contextos sociais. De maneira que a formação discursiva se relaciona com os sistemas de regras e regularidades que orientam a produção e interpretação dos discursos em uma dada época e contexto e a memória social influencia a produção discursiva (Fernandes, 2005).

Posto isto, Fernandes (2005) aponta que para a análise e interpretação de um *corpus* (objeto de análise), é necessário sair da materialidade linguística, a fim de compreender o externo, a dimensão na sua manifestação pública, no âmbito social, onde o linguístico, o histórico e o ideológico se entrelaçam em uma relação interdependente, todos compreendidos como discursos (exterioridade à *langue* e à *parole*).

Para tanto, a AD passou por uma evolução teórica e metodológica que reflete a interação entre diferentes campos do conhecimento, podendo ser dividida em três épocas principais: a primeira época da AD, que se estende até meados da década de 1970, marcada pela influência do estruturalismo e da linguística; a segunda época, até aproximadamente a década de 1980, caracterizada pela influência da teoria marxista e pela ênfase na relação entre linguagem, ideologia e poder; já a terceira, que se estende até os dias atuais, dialoga com a história, a psicanálise e outras áreas do conhecimento, ampliando seu escopo de análise (Fernandes, 2005).

Em uma perspectiva teórica alternativa, que também tem suas raízes históricas, destaca-se uma abordagem psicanalítica que enfoca o discurso através da conexão entre linguagem e psicanálise. Essa corrente dedica-se à análise e à exploração da interação epistemológica entre a Linguística e a Psicanálise, sendo um dos pilares fundamentais da AD (Fernandes, 2005). Desta forma, será utilizada a AD de Linha Francesa apoiados nos estudos de Fernandes (2005).

Quanto a metodologia, as noções metodológicas se entrecruzam com diferentes campos disciplinares e são fundamentais para a análise de discursos em diferentes contextos, sendo estas: a noção de recorte, na qual há a delimitação do *corpus* de análise, que pode ser compreendido como um conjunto aberto de articulação de discursos; é por meio de recortes que são selecionadas pequenas partes tendo em vista os objetivos. A noção de enunciado, que implica considerar uma posição-sujeito e está intrinsecamente ligado à historicidade, às relações associativas implícitas e à materialidade linguística, que consiste em investigar qual é essa posição-sujeito, que se inscreve na história, lugar em que deve ser analisado; e a noção de trajeto temático, que pode ser compreendido como a organização dos temas e subtemas que compõem o discurso, auxiliando na compreensão da estruturação do discurso e das relações entre os temas abordados (Fernandes, 2005).

Embora a AD seja uma abordagem da linguística e dos estudos culturais que examina como a linguagem é usada para construir significados e influenciar a sociedade, e, a Psicologia tenha o foco em processos mentais e comportamentais, é possível perceber que a interseção entre essas disciplinas pode enriquecer a compreensão das relações entre linguagem, cognição e sociedade.

Posto isto, tomamos o enunciado como uma unidade de análise que se distingue da frase, da proposição e do ato de fala, estando no plano do discurso e não submetido a uma estrutura linguística canônica, implicando uma posição-sujeito e intrinsecamente ligado à historicidade, às relações associativas implícitas e à materialidade linguística. Apesar dos diferentes campos de estudo, analisaremos como o discurso reflete e influencia as interações sociais e as dinâmicas de poder. A seguir trataremos sobre a AD e possíveis aplicações em Discursos de Gênero.

2.2 ANÁLISE DO DISCURSO EM DISCURSOS DE GÊNERO

Partimos da perspectiva francesa da AD, em que a linguagem é uma manifestação intrinsecamente enraizada na esfera social e histórica, desempenhando um papel crucial na expressão e na configuração das dinâmicas de poder e significado, e, o discurso é concebido como uma forma de atividade social que gera repercussões significativas sobre os indivíduos e a realidade que os cerca (Viana, 2021).

A noção de Discurso de Gênero se refere às formas como as normas, expectativas e representações relacionadas aos papéis de gênero são construídas, mantidas e transmitidas através da linguagem e de outras práticas discursivas, podendo ser encontrados em diferentes contextos, desempenhando um papel fundamental na construção e manutenção das identidades de gênero, bem como nas relações de poder entre homens e mulheres (Araújo, 2005).

Procópio (p. 29, 2007) apud Foucault (2003) pontua que:

Estudar o discurso é analisar sua economia interna, detectar os sistemas de correlações funcionais pela comparação de discursos, descrever suas transformações e a relação com as instituições. É procurar a sua tecnologia intrínseca, as necessidades de seu funcionamento, as táticas que instauram, os efeitos de poder que os sustentam e que veiculam, ou seja, desvendar a relação entre as práticas discursivas e os poderes que as permeiam. Trata-se também de definir as estratégias de poder imanentes à vontade de saber que os perpassam. Estudar, não somente as representações que há por trás deles, mas percorrer os diversos procedimentos que cerceiam e controlam os discursos que circulam na sociedade. Apreender seu domínio de constituir objetos.

É possível que a AD, à luz da perspectiva francesa, integrando a abordagem de gênero, ofereça uma perspectiva valiosa para desvelar as complexas interconexões entre linguagem, poder e sociedade, proporcionando uma compreensão mais profunda das estratégias discursivas e das dinâmicas que moldam as relações sociais.

Posto isto, o Discurso de Gênero não é estático e varia cultural e historicamente. Portanto, a AD pode auxiliar a compreender como as construções simbólicas do gênero impactam as experiências individuais e coletivas, sendo esta fundamental para desafiar normas de gênero restritivas e promover uma compreensão mais inclusiva e equitativa das identidades de gênero (Araújo, 2005).

Araújo (2005, p. 42) destaca a importância de se compreender o termo "gênero", dada a ampla gama de significados, não apenas ao seu sentido como uma categoria gramatical, representando a diferença entre homens e mulheres na espécie humana. Em vez disso, o conceito de gênero emerge como um elemento construtivo das relações sociais, que embora nas últimas décadas, especialmente, no âmbito da literatura feminista, o termo tem sido adotado como uma noção cultural situada na esfera social, cuja separação fortaleceria o mito de que a experiência do sexo masculino é completamente distinta da experiência feminina (Araújo, 2005). Dessa forma, compreender o termo "gênero" transcende a mera gramática, abrangendo as complexas interações entre cultura, história e relações sociais.

Para Araújo (2005, p. 43), o termo "gênero" pode ser utilizado também como uma categoria política com a finalidade de investigar a questão da igualdade e da diferença, apresentando uma nova concepção de interpretação e transformação acerca da realidade social, uma vez que os seres humanos são diferentes. Entretanto, a diferença sexual é uma questão da práxis em que essa diferenciação surge apenas na experimentação do diálogo que confronta a mulher e o homem, bem como a sua condição de gênero, sendo que a utilização do discurso da diferença entre masculino e feminino oculta as diferenças entre esses indivíduos.

Quando se trata do discurso relacionado a questões de gênero, é possível identificar múltiplos discursos que contribuem para a construção de significados em torno das identidades de gênero e das interações entre homens e mulheres (Viana, 2021). Há diversas características que são atribuídas tanto para o masculino quanto para o feminino, em que não são determinadas somente pelo gênero, mas que são influenciadas também por meio da classe social, educação, cultura e por aspectos individuais da personalidade (Araújo, 2005).

Por exemplo, afirmações que perpetuam estereótipos de gênero, como a ideia de que "mulheres são mais emocionais e sensíveis do que homens," criam interpretações que tendem a solidificar as discrepâncias entre os sexos e a reforçar a concepção de que as mulheres são subalternas aos homens. Estes significados gerados pelo discurso têm o potencial de influenciar questões relacionadas à Psicologia, uma vez que a formação das identidades de gênero está intrinsecamente ligada à construção da subjetividade dos indivíduos. Em outras palavras, as representações sociais que moldam as percepções do que significa ser homem ou mulher exercem um impacto profundo sobre a autoimagem e os relacionamentos dos sujeitos, bem como suas interações com o mundo que os cerca (Viana, 2021).

Diante disto, é importante considerar e salientar que a Psicologia possui uma preocupação com a perspectiva de gênero a partir do final do século XIX até em 1930, em que ela se apropriou de referências metodológicas e das considerações, tanto fisiológicas quanto anatômicas da Biologia, com o intuito de determinar as explicações acerca das diferenças comportamentais entre homens e mulheres. Já a partir dos anos de 1930, a Psicologia direcionou nos estudos em relação a cognição e a motricidade para verificar as diferenças de personalidade entre esses indivíduos, em virtude de se ter dificuldade em alcançar leituras consistentes em torno dessas diferenças apoiado em bases fisiológicas (Souza et al, 2023). No entanto, há divergências entre alguns autores acerca do uso do termo gênero, bem como tensões em torno da sua aplicabilidade, em que se questiona fundamentado em diferentes premissas (Araújo, 2005).

Além disso, as identidades de gênero são fluidas e moldadas a partir das representações culturais presentes na sociedade, na qual os indivíduos presentes na contemporaneidade oscilam entre as atitudes consideradas "modernas" e "tradicionais" com base nas expectativas sociais. Assim, a narrativa oral auxilia a desvendar como as mulheres percebem a cultura que vivem e como constroem significados em suas experiências (Rocha-Coutinho, 2006).

Levando em consideração o gênero, Souza et. al (2023) aponta que as teorias psicológicas especificam os processos de mudança através das idades, uma vez que registram as origens e os percursos que foram realizados por essa narrativa, bem como suas continuidades e descontinuidades, em que tem como intuito produzir uma narrativa da realidade no que se refere a natureza da identidade de gênero e as distinções que se tem entre os sexos, sendo que “para seguir as análises sobre o modo em que opera a discursividade, quando se emprega a categoria gênero como analisador das diferenças, suas relações com as sexualidades, os modos de socialização e a vida cotidiana, acompanha-nos o conceito de biopoder” (Foucault, 1988 *apud* Souza et. al 2023, p. 06).

Os autores Souza et. al (2023, p. 02) entendem biopoder como um conceito-dispositivo que foi desenvolvido por Foucault, em que:

Os processos vitais são regulados por processos de intervenção desde uma anátomo-política do corpo e uma biopolítica da população. O primeiro processo trata de empreender dispositivos disciplinares que possam extrair dos corpos em espaços institucionalizados sua força produtiva, seu pleno desenvolvimento de habilidades e competências, para viver em sociedade a partir do controle do tempo e dos espaços vividos. No segundo, Foucault descreve as formas de controle das massas, em que são produzidas ferramentas para a gestão de taxas de natalidade, aumento de longevidade, mortalidade, entre outros aspectos.

Não somente, os processos de subjetivação que são elaborados pelo biopoder nos discursos de gênero nas teorias psicológicas são afirmados em distintos graus, como dicotomias em torno da ligação que há entre a natureza e cultura, binarismos de gênero e universalidades em relação aos scripts de gênero (Souza et. al 2023).

Assim, os autores Souza et. al., (2023), baseados em Foucault (1988) destacam que o gênero opera como um dispositivo do biopoder quando adota à narrativa de construção identitária, as quais tem como resultados o controle dos modos de socialização e de expressão dos corpos no sentido de uma teleologia de socialização tanto do gênero feminino quanto masculino. Além do mais, esse termo também é utilizado para tentar esclarecer os efeitos de um discurso que sustenta o determinismo biológico ou cultural, bem como busca articular ambos, apesar de ser ainda de modo dicotômico e com graus de influência. Portanto, considera importante evidenciar que há uma ausência do debate em torno das perspectivas de gênero que seja muito mais além do binômio masculino e feminino (Souza et. al, 2023).

Scott (1995) citado por Araújo (2005, p. 43), compreendem que o gênero é uma categoria tanto empírica quanto um fenômeno histórico, que pode ser utilizada como uma categoria analítica, bem como considera fundamental que as mulheres e os homens desconstruam os estereótipos que estão na sociedade e que seja possível construir novos modos de se relacionar, agir e comportar, sendo que esse processo de reconstrução será sempre uma relação de conflito e de tensão dialética, devido ao fato que se encontra diferentes poderes e desejos. Por isso, é necessário que esses indivíduos construam novos valores e modos de relações (Araújo, 2005).

É possível aferir que a AD pode ajudar a entender como as ideologias dominantes, refletidas e reforçadas pelos diferentes tipos de discurso, estruturam nossas instituições e moldam a vida cotidiana das pessoas, além do fato de que uma análise mais atenta da linguagem e dos significados de palavras importantes por elas utilizadas para descrever sua experiência nos permite melhor compreender como as mulheres estão vendo e se adaptando à cultura na qual vivem. Portanto, a AD pode ser uma ferramenta útil para identificar e compreender as diferenças de gênero na sociedade (Viana, 2021).

Desse modo, Rocha-Coutinho (2006) salientam que a AD pode auxiliar na compreensão dos procedimentos de formação das identidades de gênero e na detecção dos discursos que geram efeitos de significado que sustentam a desigualdade de gênero e a discriminação contra as mulheres. A partir desse entendimento, é possível elaborar estratégias de intervenção que tenham como objetivo desfazer tais discursos e promover a igualdade de gênero.

Ademais, o Ministério Público Brasileiro (2018) pontua que alguns dos principais desafios enfrentados na luta contra a violência de gênero no Brasil são: falta de estrutura, falta de capacitação, subnotificação, e a cultura machista, cuja perpetuação ocorre através da linguagem, refletindo e reforçando as normas e estereótipos de gênero presentes da sociedade e que influenciam a atuação de alguns profissionais e dificulta a compreensão da gravidade da violência de gênero.

Nesse contexto, a AD em discursos de gênero pode ser uma ferramenta relevante para compreender como a cultura machista é perpetuada na linguagem e como os discursos de gênero refletem e reforçam as normas e estereótipos de gênero presentes na sociedade (Brasil, 2018). Assim, ela oferece uma abordagem versátil para explorar discursos de gênero, permitindo uma compreensão aprofundada das representações, construções identitárias e relações de poder presentes nesses contextos, contribuindo para uma apreciação mais crítica das representações de masculinidade e feminilidade, promovendo uma visão mais equitativa e informada.

Além disso, conforme Silva, Seabra e Júnior (2016), as convenções e documentos internacionais desempenharam um papel crucial na influência da luta das mulheres por seus direitos ao longo da história, podendo assim, a AD, ajudar a identificar os discursos que foram usados para manter a desigualdade de gênero e como foram contestados ao longo do tempo, bem como para examinar os discursos reproduzidos nesses documentos, identificar as ideologias que sustentam a desigualdade de gênero e como elas podem ser desafiadas e transformadas, e como esses movimentos e documentos contribuíram para mudanças sociais em relação à igualdade de gênero.

Rocha-Coutinho, no artigo "A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero", publicado na revista "Estudos de Psicologia" em 2006, ofereceu uma análise profunda sobre a interseção dos estudos de gênero, narrativa oral e análise de discurso destacando o impacto das metodologias feministas na pesquisa acadêmica e a importância de compreender como as pessoas constroem suas identidades por meio da linguagem.

A autora também explorou a influência da tradição hermenêutica e da Escola de Frankfurt nos estudos de gênero, destacando a importância de compreender o comportamento e considerar os significados atribuídos às ações sociais pelos seus participantes. Entretanto, os estudos de gênero buscam transcender preocupações com pré-julgamentos pessoais, enfatizando a natureza construída socialmente do conhecimento (Rocha-Coutinho, 2006).

Compreender e considerar os discursos de gênero é fundamental para garantir a prestação de cuidados de saúde sensíveis ao gênero, que atendam às necessidades específicas das mulheres, homens e pessoas de outras identidades de gênero, promovendo a equidade e a integralidade no cuidado à saúde (Sousa et. al, 2017).

Posto isto, a seguir trataremos sobre a AD e a aplicação na Psicologia.

2.3 ANÁLISE DO DISCURSO E A APLICAÇÃO NA PSICOLOGIA

A Psicologia é uma ciência e profissão que possui uma pluralidade teórica, metodológica e dispõe de uma diversidade em inúmeros campos de atuação e de teóricos clássicos, a qual se dedica aos estudos em torno dos processos mentais e comportamentais do ser humano.

Souza et. al (2023) evidenciam que a influência das perspectivas teóricas tem aproximado de alguns campos específicos da Psicologia, sendo que alguns estudos realizados analisaram a produção científica da Psicologia no Brasil considerando as últimas três décadas, na qual comprovou-se que a Psicologia Social é a principal articuladora das ideias feministas em que gera discussões tanto teóricas quanto metodológicas. No entanto, assumir essa perspectiva da Psicologia Social é adotar uma posição política e ética perante o que se investiga e analisar os fenômenos de forma a ponderar acerca da complexidade em que são

produzidos com o intuito de ampliar o campo de visão para a diversidade de elementos que constitui o que se quer conhecer.

Nesse contexto, é importante evidenciar que ao longo dos anos a Psicologia dedicou-se a buscar a formação de um corpo teórico e metodológico que seja unificado e baseado na tradição experimentalista das ciências modernas a fim de ser uma ciência, na qual acabou por realizar uma análise nos estudos acerca das diferenças entre homens e mulheres, onde os resultados comprovava a presença do sexismo e do patriarcado, em que afirmam que há uma questão da superioridade masculina sobre a feminina e que se tem uma naturalização das explicações dessas diferenças (Souza et. al, 2023).

Além dessas considerações acerca dos discursos e as teorias feministas, a investigação discursiva pode proporcionar contribuições para melhorar a categoria e alargar a discussão sobre os conceitos e conhecimentos compartilhados acerca da saúde da mulher. Destaca-se assim a relevância de perceber o organismo envolvido, social e ideologicamente, que estabelece a eficácia do conhecimento prático, e não mais o organismo simples objeto de apresentação, consumo e aproveitamento.

No entanto, ao pensar acerca da saúde da mulher, consideramos importante compreender que a saúde das pessoas está associada a um contexto geral em torno do conceito de gênero na saúde, uma vez que o feminismo foi a questão principal desse movimento com o intuito de questionar as desigualdades históricas presentes a partir dessa concepção, bem como traçar as demandas para mulheres (Miranda et. al, 2018).

Embora tenhamos os avanços contra o modelo de sociedade patriarcal, as diferenças de expectativas em relação às práticas sociais a serem adotadas por mulheres e homens ainda são percebidas de forma latente nos discursos das pessoas. Assim é necessário considerar que há consequências ocasionadas pela reprodução de conceitos e discursos patriarcais limitadores da liberdade das mulheres desde suas infâncias (Mangia & Muramoto, 2005).

Partindo da premissa da construção social e reiteração do discurso dos diferentes papéis de gênero, é viável fazer uma relação entre o controle e a dominação sobre qualquer possibilidade de mudança social com a predominância do gênero masculino no protagonismo desse processo, e, a incorporação dessas relações de poder que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica, ou seja, o controle e a dominação ainda estão enraizados nas estruturas sociais, refletindo-se nas oposições fundamentais que sustentam a ordem simbólica (Mangia & Muramoto, 2005).

Mangia e Muramoto (2005) destacam que a posição da mulher na sociedade contemporânea é fortemente influenciada por sua histórica condição de submissão, que remonta aos tempos da colonização do Brasil, no entanto, é fundamental reconhecer que, apesar dos avanços, essa busca por igualdade ainda persiste, uma vez que as estruturas de poder estabelecidas ao longo da história continuam a moldar as relações de gênero e limitar as possibilidades de mudança social.

Além disso, é importante destacar que o discurso social pode ter um impacto significativo na saúde das mulheres, especialmente no que se refere à violência de gênero, uma vez que o discurso social pode perpetuar estereótipos de gênero e reforçar a ideia de que a violência contra as mulheres é aceitável ou justificável em certas circunstâncias, o que pode levar as mulheres a se sentirem envergonhadas, culpadas ou incapazes de buscar ajuda quando são vítimas de violência. Por outro lado, um discurso social que promova a igualdade de gênero e o respeito pelos direitos das mulheres pode contribuir para a prevenção da violência e para a promoção da saúde e bem-estar das mulheres (Mangia & Muramoto, 2005).

Souza et. al (2017) apontam que o discurso é considerado uma posição social, cujas representações ideológicas são materializadas por meio da linguagem, e a análise de discurso permite identificar as representações ideológicas presentes nos discursos, em seus estudos analisaram os discursos dos profissionais de saúde sobre a atenção à saúde da mulher, bem como as visões de mundo dos sujeitos inscritos nestes.

É possível inferir que o discurso social pode influenciar as desigualdades de gênero e classe que afetam a saúde das mulheres, e que a incorporação da perspectiva de gênero nas práticas de saúde pode contribuir para a redução dessas desigualdades e para a promoção da saúde dessas (Souza et. al, 2017). Uma vez que estudos constatarem que o principal motivo da violência contra a mulher são as desigualdades de gênero estrutural que ocorre por meio de diversas maneiras desde o estupro até a violência psicológica, podendo ter consequências trágicas levando a morte das vítimas (Oliveira, Rosso, 2021).

3 – METODOLOGIA DO TRABALHO

Para conduzir a análise proposta, foi selecionado como *corpus* de estudo o manifesto de Maria da Penha, uma escolha justificada pela sua relevância histórica e social no contexto das questões de gênero, especialmente no que diz respeito à violência doméstica. Além da possibilidade de a AD colaborar para desvelar discursos produzidos por movimentos sociais e ativistas de gênero, permitindo a compreensão das estratégias discursivas utilizadas para reivindicar direitos, promovendo a visibilidade de questões de gênero e contestando discursos dominantes.

Logo, a abordagem central deste estudo será a AD, aplicando categorias analíticas como interdiscurso, formação discursiva e memória discursiva, fundamentos essenciais para desvelar os sentidos presentes no manifesto, proporcionando uma compreensão aprofundada de como elementos linguísticos específicos, como as categorias gramaticais, os quais contribuem para a construção do discurso de gênero.

A pesquisa integrou uma abordagem contextual da Psicologia, por meio da busca de conteúdos sobre as influências psicológicas dos discursos de gênero nas mulheres, de forma a identificar possíveis conexões entre as construções discursivas e a formação de identidades individuais e coletivas, bem como os impactos nos processos psicológicos.

Para tanto, foram selecionados excertos do manifesto para análise, escolhidas por relações semânticas, respeitando a Noção de Recorte apresentada por Fernandes (2005), de forma que a análise final dos resultados apresentada de maneira a destacar as contribuições específicas da AD para a compreensão dos discursos de gênero no manifesto de Maria da Penha, bem como as implicações psicológicas identificadas ao longo do estudo.

4 – ANÁLISE DOS DADOS

Para a aplicação dos conceitos até aqui apresentados, elegemos como *corpus* o texto do manifesto da autora Maria da Penha. Antes de proceder a análise, se faz necessário contextualizar acerca da autora, Maria da Penha Maia Fernandes, biofarmacêutica, brasileira, nascida em Fortaleza/Ceará, ficou nacionalmente conhecida por sua luta contra a violência doméstica, e, é a principal inspiração para uma das legislações mais importantes para a proteção das mulheres no Brasil (Paiva, 2021).

Em 1983, foi vítima de violência doméstica cometida por seu próprio marido, Marco Antônio Heredia Viveiros, durante uma tentativa de assassinato, ela foi alvo de disparos de arma de fogo enquanto dormia, o que a deixou paraplégica. Motivada pela impunidade e a falta de proteção às vítimas motivaram, devido ao longo processo judicial que se seguiu e a busca por justiça mostraram as lacunas e falhas no sistema legal brasileiro para lidar com casos de violência contra a mulher, Maria da Penha dedicou sua vida à luta pelos direitos das mulheres (Paiva, 2021).

Sobrevivente de violência doméstica e uma ativista pelos direitos das mulheres ao divulgar o manifesto, busca sensibilizar as autoridades e a população em geral sobre a urgência de combater o patriarcado e promover a igualdade de gênero, refletindo sua determinação em lutar por um mundo mais justo e seguro para todas as mulheres, onde a violência e a discriminação baseadas no gênero sejam erradicadas

Assim, o *corpus* escolhido aborda a luta contra o patriarcado e pela vida das mulheres, no qual ela clama aos Poderes constituídos do Brasil para que alicercem novos horizontes à humanidade e ofereçam respostas

para a violência contra a mulher, destacando a importância da formação educacional dos aplicadores da justiça na perspectiva da violência contra a mulher e questiona a aderência do Brasil à paridade determinada no exercício de direitos e deveres entre homens e mulheres.

Desse modo, é desvelada a autoridade do enunciador e a representação desta como uma ativista pelos direitos das mulheres, especialmente no que diz respeito à violência doméstica, além disso compartilha-se sua própria experiência pessoal de luta contra a impunidade do agressor, destacando a criação da Lei Federal 11340/2006 que leva seu nome (Paiva, 2021).

Posto isso, é necessário salientar e compreender a partir de que ponto social Maria da Penha encontra-se, uma vez que a sua narrativa situa enraizada no discurso de gênero estabelecida justamente na perspectiva da luta pelos direitos das mulheres, enfatizando a magnitude de defender as vítimas de violência e proporcionar a igualdade de gênero.

Apesar da autora entrelaçar sua experiência pessoal com a análise crítica da situação das mulheres no Brasil, conectando o individual ao coletivo, havendo uma mistura de discurso testemunhal, discurso argumentativo e discurso de denúncia, proporcionando uma visão abrangente e multifacetada do problema, constata-se que o manifesto é estruturado em parágrafos bem definidos, cada um tratando de um aspecto específico da violência contra a mulher, fazendo uso de uma linguagem formal e direta, reforçando a seriedade do tema e conferindo a atualidade ao texto, pela presença de datas específicas (14 de janeiro de 2021).

Assim, os recursos como a repetição e a ênfase nos questionamentos e a utilização de dados estatísticos servem para respaldar argumentos, reforçar a fundamentação do discurso, conferindo maior credibilidade ao discurso, e buscar sensibilizar o leitor e mobilizar ações.

Para facilitar a análise e alcançar os objetivos propostos, apresentaremos recortes do Manifesto Maria da Penha com análises a partir das categorias selecionadas.

No trecho do manifesto, **Recorte 1** “Eu sou Maria da Penha e venho manifestar e clamar aos Poderes constituídos do Brasil. Assistimos aterrorizados ao vídeo que retratou as 16 facadas desferidas na vítima Viviane Vieira do Amaral, mulher, mãe e Juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro”.

A autora inicia o discurso com “Eu” na primeira pessoa do singular, personalizando o discurso, estabelecendo um contato direto com o ouvinte, utiliza os verbos “sou” afirmando a sua identidade, anunciando o seu papel ativo na busca de respostas e ações imediatas. Logo, a voz predominante no discurso é a voz da própria Maria da Penha, que, ao se identificar como a vítima e protagonista da luta contra a violência doméstica, estabelece uma autoridade moral inquestionável.

A referência ao vídeo no excerto serve como uma chamada à atenção do leitor desde o início do manifesto, o uso de adjetivos como “aterrorizados” e a descrição detalhada do incidente no manifesto, incluindo a presença das filhas da vítima, cria um apelo emocional e destaca a dimensão da violência infligida à vítima. Logo, ao mencionar esse caso específico, se estabelece uma conexão entre a experiência individual da vítima Viviane Vieira do Amaral e a realidade mais ampla das mulheres que sofrem violência, contribuindo para a construção de um discurso que não apenas denuncia casos isolados, mas que busca chamar a atenção para um problema sistêmico.

Nessa mesma sentença, é mencionado que a vítima é uma “Juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro” o que evidencia a vulnerabilidade das mulheres que também desempenham funções que são importantes na sociedade, bem como provoca ao leitor uma reflexão crítica acerca da falta de eficácia das medidas protetivas para as mulheres até as que possuem posições de poder.

Ao usar o verbo “manifestar” e “clamar” expressa a opinião fazendo um apelo emocional às autoridades, e, ao direcionar a sua fala, implora pelos “Poderes constituídos do Brasil” com o intuito de obter respostas e sensibilizá-los frente às situações violentas com as vítimas. Constata-se o tom, predominantemente, de denúncia e clamor por justiça. Essas escolhas verbais não apenas indicam a expressão de sua opinião, uma

declaração veemente e consciente de suas posições e demandas, mas também demonstrando sua urgência e apelo emocional, realçando a gravidade do problema e busca sensibilizar as autoridades para a necessidade de ações imediatas.

Desta forma, a narrativa pessoal confere autenticidade ao discurso, gerando empatia e reforçando a posição da autora como uma defensora dos direitos das mulheres com experiência vivida, bem como a linguagem emocional, especialmente ao descrever casos de violência e injustiça, combinada a linguagem formal, ao abordar leis e tratados internacionais. Desvela-se uma ideologia subjacente ao discurso com tom feminista, que denuncia e combate as estruturas patriarcais e as violências sistemáticas contra as mulheres.

Em um outro fragmento do manifesto, **Recorte 2**, a autora enfatiza:

O patriarcado da nossa sociedade é feroz, sistêmico, estrutural e “cega” a humanidade por séculos. A mulher foi excluída de seus direitos básicos sob a justificativa de sua debilidade natural. Questionemos: Quem excluiu o direito de a mulher votar? Quem excluiu o direito dela ao trabalho (no Brasil precisava de autorização do marido até a década de 70...). Quem defendeu a legítima defesa da honra para o assassinato de esposas e até ex-esposas? Quem legitimou o estupro sob o manto do casamento? Quem legitimou as diferenças de salário?

Observamos que a escolha do adjetivo “sistêmico” e do verbo cegar em “cega” a humanidade, ambos referindo-se a estrutura do patriarcado na sociedade, torna evidente o quão arraigadas e enraizadas são as desigualdades de gênero, perpetuando ao longo da história e provocando ao leitor um pensamento crítico à lógica patriarcal que vem negligenciando e marginalizando a mulher.

Até este momento, em pleno século XXI, a autora ressalta que as mulheres sofrem de violência doméstica, moral, importunação, abuso sexual e vários outros comportamentos inadequados e desrespeitosos que são praticados nos mais diversos ambientes por figuras de autoridades, sendo líderes religiosos, professores, médicos e legisladores.

Ao fazer uso repetitivo de questionamentos diretos, especialmente, quando associados a situações dramáticas, como violência doméstica e abusos, cria-se um senso de urgência instigando o leitor a agir ou, pelo menos, a reconhecer a necessidade de mudança. Estes posicionamentos estimulam a reflexão imediata do leitor sobre a gravidade da situação, fazendo com que ele se sinta parte integrante da discussão. Além do mais, esses questionamentos indicam para uma AD que tem como intuito interrogar as limitações históricas, culturais e sociais que foram colocadas nas mulheres, restringindo assim os seus direitos na sociedade.

Posto isso, Maria da Penha ao realizar por meio do discurso o questionamento “Quem excluiu o direito de a mulher votar? Quem excluiu o direito dela ao trabalho...” tem a intenção de provocar no leitor um pensamento crítico em relação às condições das mulheres na sociedade, principalmente no que se refere acerca do direito de voto e do trabalho da mulher, uma vez que a luta pelos seus direitos é árdua no decorrer da história.

No excerto abaixo, **Recorte 3**, Maria da Penha apresenta uma certa preocupação acerca das atrocidades que as mulheres veem vivenciando. Ao enunciar que “está cada vez mais comum” indica que há um aumento nos comportamentos ofensivos que são dirigidos às mulheres sendo realizados pelas autoridades, bem como provoca ao leitor a um pensamento crítico em torno das atitudes que as autoridades estão tendo, uma vez que estes “são responsáveis pela construção de valores na sociedade” o que explicita que esses profissionais têm a responsabilidade de serem éticos nas suas ações e garantir o respeito da população. Ademais, ao enunciar “garantir dignidade humana das mulheres” evidencia o quão importante é reconhecer os direitos que elas possuem, bem como o de promover dignidade, respeito e protegê-las.

Infelizmente, está cada vez mais comum comportamentos ofensivos ao feminino, por parte de autoridades que são responsáveis pela construção dos valores na

sociedade como também representam categorias que deveriam, com competência profissional, garantir o respeito pela dignidade humana das mulheres. A afronta nos sobressalta quando também no judiciário. Um agente de justiça afirma não se importar com a Lei 11.340/06 e que “não está nem aí para medida protetiva”.

Diante disso, notamos que esse comportamento ofensivo se comprova no discurso em que a autora ressalta e aponta um posicionamento preocupante de negligência, desprezo e desrespeito por parte dos agentes da justiça em relação a uma legislação que tem o intuito proteger mulheres que são e/ou foram vítimas de violência doméstica, em que provoca ao leitor uma reflexão crítica acerca do comprometimento que as autoridades estão tendo em garantir a proteção dessas mulheres.

Ao escolher a expressão “não está nem aí para medida protetiva” evidencia-se pelo enunciador uma postura de descaso e desrespeito em relação à legislação e aos direitos das mulheres, o que representa não apenas uma violação legal, mas também uma violação ética e moral, revelando uma falha grave no sistema e levanta questões sobre a eficácia e a seriedade do aparato jurídico no combate à violência de gênero. Assim, a falta de comprometimento com a aplicação da lei e a proteção das vítimas de violência doméstica coloca em risco a segurança e a vida das mulheres, além de perpetuar um ciclo de impunidade e desamparo.

Mais uma vez a autora do manifesto, Maria da Penha, realiza um apelo moral e ético a respeito da magnitude dos acontecimentos que ela declara, além de enfatizar a necessidade de que é preciso que haja respostas que sejam imediatas e eficazes tanto na segurança quanto no cumprimento da Lei Maria da Penha, como podemos atestar no **Recorte 4**:

Até quando restará às mulheres apenas um guia de sobrevivência? Até quando vamos aguardar a implementação correta da Lei Maria da Penha? Até quando enterraremos nossas irmãs, mães e filhas e choraremos suas mortes? Até quando continuarão crescendo o número de vítimas invisíveis (órfãos) da violência doméstica? Quando o tema VIOLENCIA CONTRA A MULHER vai ser incluído nos ensinamentos fundamental e médio das escolas? Até quando devemos esperar para que as autoridades envolvidas na aplicação da Justiça, conheçam, efetivamente, as razões que devem ser observadas a partir da Lei Maria da Penha? É necessário ofertar respostas. Eis que, com coragem, apresento este manifesto, na esperança de que autoridades, do bem e para o bem, possam alicerçar novos horizontes à humanidade.

A escolha pelo uso de repetições, no recorte acima, como atestado em “Até quando...”, serve como um apelo retórico para enfatizar a persistência dos problemas e a necessidade de mudanças, ao relegar as mulheres a um “guia de sobrevivência”, evidencia a falta de proteção e amparo adequados diante das situações de violência de gênero. Para isso, no termo “É necessário ofertar respostas” há um apelo acerca de que haja uma urgência em apresentar soluções para os problemas que foram apresentados, sendo que o termo “coragem” utilizado pelo enunciador expressa a bravura em enfrentar situações que são desafiadoras e demonstra que se está disposto a enfrentar, bem como ao enunciar “esperança” expõe que espera mudanças e melhorias sobre os “novos horizontes à humanidade”.

A menção às vítimas invisíveis da violência doméstica, como os órfãos deixados por essas tragédias, amplia a reflexão sobre as repercussões devastadoras desse tipo de violência, que não se limitam apenas às vítimas diretas, mas se estendem a toda a sociedade. Tal como a cobrança pela inclusão do tema “Violência contra a Mulher” nos currículos escolares demonstra a importância de educar desde cedo sobre questões de gênero, respeito e igualdade, visando a prevenção e a conscientização da sociedade como um todo.

Quanto aos conceitos da AD, o interdiscurso é explicitado por elementos de discursos dos movimentos feministas, discursos jurídicos e discursos de direitos humanos, os quais contribuíram para a construção do sentido do manifesto, dando-lhe legitimidade e conectando-o a lutas sociais mais amplas. Desta forma, a formação discursiva está fortemente ligada à violência de gênero, à luta pelos direitos das mulheres e à

busca por justiça, além da ligação com a legislação e aos discursos legais que buscam abordar e combater a violência contra as mulheres.

Para tanto, foi evocada a memória de outras lutas pelos direitos das mulheres, casos de violência de gênero, justiça social e resistência, as quais serviram como referência às experiências passadas, contribuindo para a legitimidade do discurso, conectando-o a uma narrativa mais ampla de resistência e transformação social. Percebemos, então, a memória coletiva a qual fortalece a mensagem do manifesto, sendo então a memória discursiva como uma ferramenta persuasiva.

No mais, a análise do manifesto de Maria da Penha, sob a perspectiva da AD francesa, revela a intrincada teia de influências discursivas que moldam o discurso, por meio da presença da intertextualidade, das formações discursivas e das memórias discursivas convergentes para criar um discurso rico em significados e nuances.

Enquanto a influência dos discursos de gênero na Psicologia também é evidente no manifesto, pois aborda não apenas questões legais, mas também as implicações psicológicas da violência de gênero, visto que a exposição da realidade vivida por mulheres vítimas de violência busca sensibilizar não apenas juristas, mas também profissionais de saúde mental.

Proporcionando uma compreensão profunda das implicações psicológicas associadas à violência de gênero, ao expor relatos de mulheres que sofreram abusos e destacar as consequências emocionais, psicológicas e sociais da violência doméstica, o manifesto fornece uma base para a Psicologia entender um pouco mais sobre as complexidades dessas experiências.

Ademais, ao descrever situações traumáticas enfrentadas por mulheres vítimas de violência, evidenciando as sequelas psicológicas do trauma, possibilita para os profissionais da saúde, em especial aos da Psicologia, reflexões sobre como o abuso afeta a saúde mental das vítimas, incluindo transtornos de ansiedade, depressão e Transtorno de Estresse Pós-Traumático – TEPT (Oliveira, Rosso, 2021).

O manifesto também contribui, ao abordar a recorrência da violência e os ciclos de relacionamentos abusivos, para a compreensão psicológica desses padrões comportamentais, os quais podem ser utilizados para análises e desenvolvimento de estratégias de intervenção que rompam o ciclo de violência e promovam relações saudáveis (Oliveira, Rosso, 2021).

Posto isto, a influência na Psicologia destaca a importância de se compreender as implicações psicológicas das questões de gênero para uma intervenção mais eficaz e sensível, uma vez que a abordagem multidisciplinar para lidar com casos de violência de gênero, além do apoio jurídico, também faz necessárias as intervenções psicológicas que considerem as dimensões emocionais e mentais, facilitando um tratamento integral (Oliveira, Rosso, 2021).

Para Oliveira e Rosso (2021), a compreensão da relação dos discursos de gênero e sua influência na psicologia individual pode informar práticas terapêuticas mais sensíveis e eficazes para mulheres vítimas de violência de gênero, de forma para promover a resiliência e a recuperação psicológica. Assim, ao conhecer e analisar os discursos de gênero presentes no manifesto, os profissionais psicólogos podem identificar e desconstruir estereótipos de gênero internalizados pelas mulheres, ajudando-as a reconhecer e desafiar crenças prejudiciais sobre si mesmas e seus relacionamentos.

Além disso, a análise dos enunciados do manifesto escolhido pode ser uma ferramenta valiosa para profissionais que trabalham com mulheres vítimas de violência de gênero, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder, identidade e trauma que permeiam essas experiências. Desse modo, que ao integrar essa análise em contextos clínicos, os profissionais podem promover a resiliência e a recuperação psicológica das mulheres, contribuindo para um atendimento mais sensível, eficaz e empoderador.

Acerca da temática, Paiva (2021, p. 24) pontua que a situação de violência doméstica e familiar contra a mulher é:

Fruto de sua condição geral de subordinação e submissão aos ditames masculinos, que refletem posições hierárquicas e antagônicas entre homens e mulheres, tendo como fator condicionante a opressão das mulheres perpetrada pela sociedade, por ações discriminatórias, fruto da diferença de tratamento e condições, bem como do conflito de interesse entre os sexos.

Posto isto, a AD pode ser aplicada para examinar os discursos presentes em documentos legais, discursos midiáticos, discursos de autoridades e discursos de vítimas e agressores relacionados à Lei Maria da Penha, ajudando a compreender como as questões de gênero, violência doméstica e direitos das mulheres são representadas e discutidas na sociedade.

Compreendemos também que a conscientização dos discursos de gênero pode ter um impacto significativo na psicologia coletiva, ao influenciar políticas públicas, programas de prevenção da violência de gênero e campanhas de sensibilização, bem como as análises podem contribuir para promover uma cultura de respeito e igualdade de gênero em diferentes contextos sociais, informando políticas mais inclusivas, programas de prevenção mais sensíveis e campanhas de sensibilização mais eficazes.

As formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, lei 11.340/2006, conforme art. 7, destaca que:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Esta Lei representa uma resposta legal específica à violência doméstica contra a mulher no Brasil e analisar essa legislação implica entender como ela oferece proteção, promove a responsabilização dos agressores e estabelece medidas preventivas, possibilitando compreender como a linguagem é utilizada para construir significados e sensibilizar a sociedade em relação à violência de gênero.

A Lei Maria da Penha é uma importante ferramenta de proteção dos direitos das mulheres e de combate à violência de gênero. A AD presente no manifesto divulgado por Maria da Penha evidencia a necessidade

de uma mudança cultural e educacional para superar a desigualdade de gênero e a violência contra as mulheres. Nesse sentido, de acordo com Oliveira e Rosso (2021) a Psicologia pode contribuir para a compreensão dos processos psicológicos envolvidos na perpetuação da cultura patriarcal e na violência de gênero, bem como para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção. Além do mais, a Psicologia pode desvelar o impacto psicológico da violência contra a mulher, abordando questões como trauma, estresse pós-traumático, ansiedade e depressão (Oliveira, Rosso, 2021).

Os autores Oliveira e Rosso (2021) consideram que a AD envolve a investigação das relações entre linguagem, poder e sociedade, considerando o contexto histórico, social e político em que o discurso é produzido e que os Discursos de Gênero evidenciam como as representações linguísticas contribuem para a reprodução de normas e expectativas associadas aos papéis femininos, influenciando a identidade das mulheres.

Além da Psicologia, a qual explora os aspectos cognitivos e emocionais, delineando a complexidade das interações entre linguagem e psique, resultando consequências no âmbito da Saúde da Mulher, a análise dessas inter-relações se torna imperativa, considerando que discursos de gênero podem influenciar a percepção e o manejo de questões relacionadas à saúde feminina, afetando a busca por cuidados adequados e a construção de uma identidade saudável (Oliveira, Rosso, 2021).

Portanto, a integração das disciplinas supracitadas possibilita uma abordagem abrangente para compreender e abordar as intrincadas relações entre linguagem, gênero, Psicologia e saúde da mulher.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo proposto se dedicou à análise dos efeitos de sentido presentes nos enunciados de um manifesto que atravessa os discursos de gênero, os quais possibilitaram compreender melhor como certos papéis e expectativas são atribuídos às pessoas com base em sua identidade de gênero, trazendo à tona suas repercussões na Psicologia.

Graças ao estudo da AD, foi possível desvelar estereótipos e ampliar nossa compreensão sobre questões sociais complexas, visto que é uma abordagem que convida a refletir criticamente sobre como a linguagem opera na construção de identidades individuais e coletivas.

Ao identificar e evidenciar no discurso escolhido, as diversas consequências psicológicas impactantes que afetam a saúde mental das mulheres, fica evidente que as agressões perpetradas deixam marcas profundas, nem sempre visíveis à primeira vista. E, diante dos desafios complexos enfrentados na luta contra a violência de gênero, é fundamental reconhecer que essa problemática persiste de maneiras multifacetadas e com diferentes graus de severidade, permeando diversos aspectos da sociedade.

Portanto, ao longo deste estudo, buscamos não apenas expor os efeitos da linguagem na perpetuação de estereótipos e na construção de identidades de gênero, mas também destacar a importância de uma abordagem crítica e reflexiva para dismantlar as estruturas opressivas que sustentam a violência de gênero.

6 – REFERÊNCIAS

1. ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica** [online], v. 17, n. 2, p. 41-52, 2005.
2. BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Violência contra a mulher: um olhar do Ministério Público Brasileiro**. Brasília: CNMP, 2018.
3. FERNANDES, C. A. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. São Carlos: Editora Claraluz, 2 ed, 2005.

4. MANGIA, Elisabete Ferreira; MURAMOTO, Melissa Tieko. O estudo das redes sociais: apontamentos teóricos e contribuições para o campo da saúde. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 22-30, jan./abr. 2005.
5. MIRANDA, Jhonatan J. et al. Discursos de gênero e saúde: Debatendo a PNAISH com seus usuários. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** [online], v. 34, 2018.
6. OLIVEIRA, R. R. R.; ROSSO, M. L. Violência doméstica contra as mulheres e as consequências psicológicas: uma revisão da literatura. **Repositório Universitário da Ânima (RUNA)**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstreams/ebec3b53-cd74-4d56-a164-ccb1c3bb405c/download>. Acesso em 26 dez. 2023.
7. PAIVA, Cesar Junio Guimarães. **15 anos da lei maria da penha: a história, a legislação e a aplicação**. Trabalho de Conclusão de Curso de Direito, Escola de Direito e Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2021.
8. ROCHA-COUTINHO, M. L. A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero. **Estudos de Psicologia**, v. 11, n. 1, p. 65-69, 2006.
9. SILVA, C. K.; SEABRA, D. T.; JÚNIOR, L. A. S. Feminismo, violência e poder: uma análise histórico-jurídica da trajetória e dos documentos que culminaram na Lei Maria da Penha e no feminicídio. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS**. Edição Digital. Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 301-334, 2016.
10. SOUSA, K. A. et al. Integralidade do cuidado à saúde da mulher: reflexões sobre a prática profissional e a incorporação do princípio da integralidade e da dimensão de gênero nas práticas de saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 70, n. 1, p. 17-23, jan./fev. 2017.
11. SOUZA, L. L. et al. Discursos De Gênero Nos Livros Introdutórios À Psicologia Do Desenvolvimento. **Psicologia Escolar E Educacional**, v. 27, 2023.
12. VIANA, I.A.F.; Análise Do Discurso Utilizado Na Obra De Autoajuda, Mulheres Que Amam Demais: A Leitura Como Auto Tratamento Psicológico. **Revista Portuguesa Interdisciplinar**. v.2, n. 2, p.74-95, ago./dez. 2021.